

POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

SARA DE SOUSA MOURA *
VICENTE THIAGO FREIRE BRAZIL **

RESUMO

O presente artigo pretende discutir os conceitos de educação e política a partir de categorias do pensamento de Arendt, especialmente: natalidade e liberdade. São abordados esses conceitos separadamente, bem como sua conexão com a complexa rede conceitual da obra da autora. Apresenta a questão do significado da política no pensamento de Arendt e sua conexão com a abrangência das interpretações sobre política no Ocidente. Apresenta-se seu conjunto de ideias relacionadas a esse tópico, tais como as dimensões da vida ativa, a noção de espaço público e, por fim, a noção de liberdade como fundamento da política que permeia a obra da autora, trazendo à tona a concepção negativa de política a que Arendt se refere. Na categoria de educação, a concepção de educação arendtiana se relaciona com algumas das concepções educacionais construídas pelo pensamento ocidental. É proposto a aproximação do objetivo de compreender a educação - especialmente a educação em Arendt - como um fenômeno. A partir das ideias-base que cercam a crise na educação moderna, busca-se esclarecer o que, na visão de Arendt, seria a educação de fato, e, portanto, seu sentido e propósito. É discutida a conexão entre política e educação com base no pensamento da escritora, abordando as distinções entre as duas categorias e apontando para possíveis aproximações entre elas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Política. Hannah Arendt.

ABSTRACT

This article intends to discuss the concepts of education and politics based on categories from Arendt's thought, especially: birth rate and freedom. These concepts are discussed separately, as well as their connection with the complex conceptual network of the author's work. It presents the question of the meaning of politics in Arendt's thought and its connection with the scope of interpretations of politics in the West. Her set of ideas related to this topic is presented, such as the dimensions of active life, the notion of public space and, finally, the notion of freedom as the foundation of the politics that permeates the author's work, bringing to light the conception negativity of politics to which Arendt refers. In the category of education, Arendt's conception of education is related to some of the educational conceptions constructed by Western thought. It is proposed to approach the objective of understanding education - especially education in Arendt - as a phenomenon. Based on the basic ideas surrounding the crisis in modern education, we seek to clarify what, in Arendt's view, education would actually be, and, therefore, its meaning and purpose. The connection between politics and education is discussed based on the writer's thoughts, addressing the distinctions between the two categories and pointing to possible similarities between them.

KEYWORDS

Education. Politics. Hannah Arendt.



* Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2605-1159>. E-mail: sara.moura@aluno.uece.br

** Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professor Permanente do PPGFIL/UECE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0830-6349>. E-mail: vicente.brazil@uece.br

INTRODUÇÃO

Para dar um significado preciso de educação precisamos nos ocupar a compreender que a educação necessita estar inserida num contexto. Ao consultar qualquer dicionário poderemos ver um breve significado de educação, a saber: ato ou processo de educar-se ou aplicação dos métodos próprios para formação e desenvolvimento. Para além deste significado sucinto de educação, trouxemos alguns autores para falar sobre o significado da educação, dentre os principais estão Paulo Freire e a própria Hannah Arendt.

Quando pensamos em Paulo Freire, que é conhecido como o patrono da educação, nos relembra uma de suas principais queixas à educação que é a educação bancária, contida na sua obra *Pedagogia da Autonomia*. Porém, para o autor, a educação deve estar ligada a um processo recorrente de geração de conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana. Paulo Freire (2003, p. 61) acrescenta que, “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.”

Nesta citação de Paulo Freire, podemos ver que a educação é um meio para interferir na realidade, tido como algo unicamente humano. Falar de educação, implica que além de um significado preciso e sucinto, precisamos de um contexto, já que a educação é resultado de uma fórmula, que contém em suas principais substâncias o desenvolvimento e o conhecimento. De modo que, desenvolvimento e conhecimento são essenciais para formular uma capacidade de mudar a realidade e o próprio ser possa se reinventar, por meio da educação.

Por fim, podemos dizer que para Paulo Freire, educação é um processo constante de geração de conhecimento, que também entra no âmbito da formação política e manifestação ética. Em suas palavras, defende Paulo Freire (2003, p. 10) a educação, “Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta”. Ou seja, todos esses processos estão relacionados a formação de conhecimento.

Por sua vez, Arendt, mesmo não tomando a educação como objetivo de pesquisa, dialoga com Freire quando falamos de educação, pois para ambos educação é um processo político e de plena responsabilidade com o mundo, implica no cuidado com o mundo. Para além do letramento, assim, o ato de ensinar vai além se Joãozinho sabe ou não sabe lê, nos diz Arendt (2016, p. 227). A educação para ambos os autores, é um compromisso com o mundo, com a justiça e com a felicidade pública. Como assinala Silva (2020), não intenciona seus pensamentos serem reduzido à alfabetização, mas passando por essa importante etapa, visa à vida política, a ocupação do espaço público.

Quando Arendt iniciou suas reflexões sobre a educação, elas nasceram a partir de um contexto de crise na educação nos Estados Unidos da América, em 1950. Apesar da disparidade no tempo, em relação ao nosso período contemporâneo, os escritos da filósofa se tornam essenciais para pensar a educação, sobre um problema que não pode ser resolvido apenas internamente e não é uma questão que diz respeito somente ao próprio ambiente educacional, que não se trata apenas de um caso isolado e nisso, para ela os problemas educacionais perpassam uma crise que aflige o mundo hodierno. Desde então este se torna um problema político de primeira grandeza (Arendt, 2016, p. 221).

A crise na educação, está atrelada as necessidades básicas da sociedade moderna. Por exemplo, o fato de as relações sociais terem se tornado liquidadas a tal ponto que perderam sua significância e acabaram por ter uma preocupação exacerbada com a satisfação de suas necessidades, sejam elas reais ou irreais, e por este viés, deram lugar a critérios utilitaristas. Esses pressupostos do mundo moderno demonstraram seus efeitos, não somente nas relações do *animal laborans*, mas na pedagogia e nas práticas educacionais. Reiteramos que esse caos provocado não diz respeito somente aos pais e educadores, mas perpassa as novas gerações, ou seja, os recém chegados.

Quando a palavra crise entra no vocabulário, ela sempre se refere a uma desestabilização. Ao falar sobre a crise, Arendt deixa uma linha oblíqua entre desestabilização e resposta: “perdemos as respostas a que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas constituíam respostas às questões” (Arendt, 2016, p. 223) Dito isto, iremos analisar os conceitos de natalidade e autoridade, como eles contribuem em uma proposta de educação política para os recém chegados.

1 AUTORIDADE E EDUCAÇÃO

O tema da autoridade é central no pensamento de Hannah Arendt. Nossa autora, vai se debruçar sobre o tema autoridade, mas esse não deve confundir autoridade com autoritarismo. Quando Arendt fala de autoridade, ela vai se perguntar sobre o que foi a autoridade, vai fazer uma analogia entre essa autoridade que foi perdida no decorrer do tempo, na qual foi válida por muitos anos no ocidente, como a autoridade contida na antiga república romana. Assim, o questionamento sobre autoridade, pode ser visto como a história de uma crise, onde Arendt vai se debruçar para explicar sua crítica e alertar para as consequências de uma perda, neste caso, de autoridade.

Concordamos com Porcel (2022, p. 62), quando fala que a autoridade se refere ao gesto fundador da comunidade política cuja importância reside na sua função legitimadora das ações e decisões públicas dos homens que continuam com o legado. Com isso, se estabelece uma característica do conceito de autoridade, que significa saber diferenciá-lo de outros fenômenos políticos. Para examinar essa experiência romana de autoridade tratada por Arendt, é preciso determinar que, os romanos mantinham um equilíbrio que perpassava pela tradição e religião.

A tradição, entendida como a transmissão de um passado comum a todos e permite aos recém-chegados, aos novos, atualizar os fundamentos que tornaram possível a convivência atualizar a tradição. A religião, por sua vez, serve para religar o passado e permite conectar-se a ele e projetar o futuro, dando segurança as gerações futuras, vale ressaltar que essa religião citada não está interligada a uma esfera espiritual, mas refere-se ao político. Diante do exposto, já podemos notar como o conceito de autoridade em Arendt se forma, por meio da religião que faz a liga entre passado, presente e futuro, juntamente com a tradição que transforma esses fundamentos em ação.

A tradição e a autoridade se pertencem reciprocamente. Deram ambas o sistema de coordenadas para a história e a historicidade ocidentais. A tradição era a resposta romana ao passado como história e, concretamente, como uma cadeia de acontecimentos (Arendt, 2006, p. 289).

Dessa forma a religião e a tradição garantem o vínculo com o passado e fundamentam a autoridade que autoriza a ação presente. A partir desse contexto histórico de autoridade, podemos ver suas principais diferenças com autoritarismo. Enquanto a autoridade faz uma tríade com religião e tradição, que leva em consideração toda história contida em outros tempos e exercia sua validade por meio de conhecimento e respeito, o autoritarismo é uma espécie de autoridade ilegítima estabelecida.

Como já fora citado, a metáfora que faz a autora entre os professores e alunos é um exemplo para justificar essa importância que a tradição possui na educação. Os mais velhos (neste caso professores) apresentam o espetáculo, que é a vida para os recém chegados (que neste caso seriam os alunos). O espetáculo como metáfora, seria também os fatos históricos no qual seriam apresentados aos recém-chegados, os mais velhos os apresentariam aos recém-chegados, mas jamais veriam o final da peça e então entrariam em ação os recém-chegados (que não seriam mais recém-chegados), seriam seres prontamente políticos exaltadores de sua pluralidade. Afinal, a pluralidade sobrevive de várias singularidades.

É importante destacar que Arendt distingue autoridade a certas formas de violência ou de força. Embora em todos os casos, haja uma hierarquia e obediência, o papel de mediador do professor exige uma dupla responsabilidade, como a tarefa do professor é de um representante, sua tarefa é proteger e conservar o mundo, mostrando sua relevância para os novos. Se sua qualificação consiste em seu conhecimento, sua autoridade perante os novatos, reside neste seu ofício de representante que o autoriza a introduzi-los nesse lugar (Arendt, 2016, p. 239). Esse atributo do professor não é arbitrário e não se origina em sua pessoa, mas nos saberes, nos valores e nos princípios de mundo comum e da instituição escolar que ele representa. (Almeida 2011, p. 39).

Arendt destaca que o principal agravante da crise na educação é a perda da autoridade e da tradição, cuja tarefa é legar os mais jovens o mundo do qual são herdeiros. Quando não há mais nada tido como intocável, quando tudo pode ser questionado e precisa de justificação a autoridade perde seu fundamento. A modernidade questiona o que antes era tido como sagrado, no entanto, não estabelece nada em seu lugar. Segundo a autora é sinal da profundidade da crise o fato de ela se estender na esfera pré-política da educação, abalando até a autoridade de pais e professores sobre as crianças, que é uma “necessidade natural” (Arendt, 2016, p. 99).

Arendt acredita que essa pretensão de libertar as crianças da autoridade dos adultos é um dos principais equívocos da educação hoje como se elas fossem uma “minoría oprimida” (Arendt, 2016, p. 277). A partir da isenção de responsabilidade dos adultos, tanto para com o mundo, como para com os recém chegados, produz uma conduta de rejeição da autoridade e impossibilita a tarefa educativa, tanto para os pais, quanto para o professor. Afinal, as crianças não estão sob opressão de uma maioria adulta, não estão sob uma hierarquia na qual, deva ser quebrada, na qual elas precisem de libertação.

Neste caso, os adultos se isentando da responsabilidade e o professor não obtendo mais a autoridade de outrora, a educação deixar de se preocupar com as heranças do passado, os novos não poderão cuidar do mundo por conta dessa perda da tradição e nisso a escola perde o elo de ligação entre passado e futuro. Que parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. (Arendt, 2016, p. 26).

Além de criticar a problemática ausência de autoridade no âmbito educacional, podemos analisar que os direcionamentos de Arendt, embora ela com os discursos pedagógicos possa ter revolucionado a autoridade da educação não pode haver, como pregam as pedagogias atuais e escola novistas, a superação da educação tradicional. Essa expressão “educação tradicional”, permanece com um conceito vago, pois em geral é usado como válvula de escape para definir métodos educacionais negativos e, com isso ela é associada a professores autoritários e alunos submissos.

Vale ressaltar que Arendt não deixou nenhuma pista de como seria esse novo ideal de e para a educação, ela apenas trouxe à tona a validade que a autoridade possui no contexto educacional. Mas também a autora não faz nenhuma exaltação a educação tradicional, pois como vimos, para a autora tradição não está ligada a autoritarismo. A educação tradicional é criticada porque se supõe que ela implica automaticamente métodos e condutas reprováveis não somente por motivos de ordem prática, mas também por razões de natureza moral.

A natalidade como já foi posta, é um novo começo, geralmente um novo começo político no qual iremos nos deter nesse capítulo dos educandos. Face à nova proposta dada pela educação, os educandos para chegarem a um nível de eu político precisam de autonomia, concordamos com as palavras de Daiane Eccel, quando diz:

[...] bem como o caminho para sua autonomia (i), será necessário retomar o papel da escola como lugar intermediário entre a esfera privada e pública, ou como uma espécie de estágio inicial necessário para o ingresso na esfera pública (ii). Por último (iii), teremos necessariamente de lidar com as aporias que eventualmente permanecem no tocante às supostas relações (possíveis continuidades e quebras) com os pensadores da educação dos séculos XVIII e XIX [...] (Eccel, 2020, p. 56).

Quando Eccel fala dos “pensadores dos séculos XVIII e XIX, ela se refere especialmente a Rousseau. Hannah Arendt e Rousseau não tinham tanta concordância em algumas de suas teorias, por exemplo, quando Rousseau, por sua vez, legou uma certa politização a educação. É de suma importância, compreender que de certa forma, Arendt possui um caráter “conservador”¹ em termos de educação. Mas, isso não reduz sua importante contribuição à educação atual.

Como já fora citado, Arendt não está interessada em discutir as teorias pedagógicas, mas sobre como a educação exerce uma espécie de propedêutica necessária ao ingresso do ser humano no mundo, entendido aqui enquanto mundo artificialmente criado pelo homem, com seus artefatos permanentes e regras sociais e morais que o compõem. (Eccel, 2023). Na tentativa de banir a escola tradicional, a metodologia progressista substitui o novo pelo velho e mina o papel da educação: o de conservação.

Essa metodologia progressista o faz em aspecto duplo como nota Arendt a partir dos pressupostos que fundam a referida crise: tanto no que diz respeito à queda da autoridade do professor sobre o aluno, quanto no esvaziamento da tábua de conteúdos formais em nome de conhecimentos extracurriculares e pragmáticos. Esta transformação da escola em vivência democrática e, portanto, política, seria a invasão do âmbito público em um tipo de instituição que deveria fazer a mediação entre a escuridão do lar e a completa claridade da esfera pública.

1 Conservador no que se refere a manutenção da autoridade.

2 NATALIDADE E EDUCAÇÃO

Para Arendt, a essência da educação é a natalidade, ou seja, o fato de que constantemente chegam ao mundo novos indivíduos como estrangeiros, a quem deve ser feito o convite para que se sintam em casa. Esses estrangeiros em um mundo em constante mudança são capazes de iniciar novos eventos, sem os quais a conservação do próprio mundo estaria em questão. A educação dos jovens tem de lidar com o paradoxo de familiarizar os novos com o mundo velho que os precede, sem ao mesmo tempo acomodá-los inteiramente a ponto de a novidade de sua aparição ser sufocada, o que poria em risco a conservação do mundo, demandante de permanente zelo e renovação. Não obstante, a dificuldade da mediação, Arendt julga que a educação deve ser, antes de tudo, orientada pela responsabilidade pelo mundo, que se traduz tanto na sua apresentação aos novos quanto na conservação da novidade nestes.

Progressivamente, o aprendizado foi reduzido ao brincar, ao lúdico, à atividade supostamente característica da criança, e a compreensão da criança como um ser humano em desenvolvimento foi tragada pela promoção da autonomia do mundo da infância, na medida em que se pode chamá-lo de um mundo. Para ela, essa responsabilidade é intrínseca ao fato de que os jovens são introduzidos pelos adultos em um mundo em contínua mudança. Essa responsabilidade pelo mundo, em educação, assume a forma de autoridade, que depende das qualificações do professor, mas não coincide com elas, na medida em que está relacionada menos à sua capacidade de conhecer o mundo e instruir os outros acerca dele do que à responsabilidade assumida de apresentar o mundo como quem faz um convite e recomenda sentir-se em casa.

[...] o problema da educação no mundo moderno reside no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. (Arendt, 2016, p. 188).

Arendt enfatiza que não é possível amar o mundo sem amar as crianças, os recém-chegados, os estrangeiros que permanentemente surgem nele como uma promessa de conservação, de renovação e de conservação por meio da renovação, pois “para preservar o mundo contra a mortalidade de seus criadores e habitantes, ele deve ser, continuamente, posto em ordem” (Arendt, 2016, p. 243), renovado pelos estrangeiros recém-chegados para que se sintam cada vez mais em casa e rechacem sua ruína. Os pais, ao conceberem seus filhos, “assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo” (Arendt, 2016, p. 235). Posteriormente, na escola, os adultos assumem mais uma vez uma responsabilidade pela criança, só que, “agora, essa não é tanto a responsabilidade pelo bem-estar vital de uma coisa em crescimento quanto por aquilo que geralmente denominamos de livre desenvolvimento de qualidades e talentos pessoais” (Arendt, 2016, p. 239), isto é, a singularidade de cada ser humano.

No mais, Arendt destaca que, não há como a educação evoluir sem o que a autora chama de *amor mundi* ou seja, um amor pelo mundo comum, não um amor fraternal, mas incisivamente de plena responsabilidade. Não são desconexos de sua visão política, sobretudo, no que concerne uma reflexão sobre responsabilidade com o mundo ou amor *mundi*. Assim, suas reflexões nessa área, não estão dissociadas do todo de sua obra.

Desse modo, é preciso olhar para o presente, ainda que iluminado pelo passado, tendo a permanência do mundo como fundante para o existir em comunidade. De acordo com Arendt, “Além disto, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico” (Arendt, 2016, p. 16). Desse modo, educação em Arendt representa um comprometer-se com o mundo.

Esse compromisso se efetiva via reflexão e a ação sobre o mundo, buscando dar a ele uma permanência, na medida em que ele nos abriga e nos acolhe enquanto realidade natural e nos interpõe sentido, enquanto artifício produzido. Trilhar o significado da responsabilidade pelo mundo não significa saber onde se vai chegar, mas buscar construir espaços de atuação, em nome da permanência daquilo que se encontra historicamente ameaçado, já que para Arendt o conceito de

mundo emerge não a partir do clássico recuo contemplativo do filósofo em relação ao cotidiano dos assuntos humanos, mas sim a partir da concretude dos acontecimentos políticos e dos “incidentes da experiência viva” (Arendt, 2012, p. 44).

O mundo em Arendt é o espaço artificial entre o homem e a natureza, bem como âmbito intermediário de relacionamento e distinção instaurado entre os homens por meio de suas interações e interesses comuns. O mundo é tudo aquilo que, aparecendo a todos e sendo comum aos homens, deve a sua existência as diferentes atividades produzidas pelo homem. O mundo serve de assunto entre os homens e de abrigo estável não-natural instaurador de fronteiras que protegem e distinguem a presença humana do movimento circular e homogêneo da natureza, responsável pelo ciclo de vida e morte das gerações. (Neto, 2012, p. 16).

A política e a educação têm em seu exercício a condição privilegiada de assumir esse amor *mundi*, que significa responsabilidade pelo mundo e, nesta perspectiva, a competência educacional não se restringe ao ensino como técnicas de aprendizagem, mas encontra-se gestada de sentido político na medida em que pais e educadores passam a ter uma função muito maior junto às crianças e junto ao espaço de permanência destas.

Por cidadania entendemos o compromisso com a vida política com a pertença a uma comunidade e, mais ainda, o compromisso com esta, a partir de direitos e deveres. Assumindo as palavras de Aguiar (2006, p. 281-282) “Cidadania enquanto direito a ter direitos, pois somos cidadãos livre e capazes de julgar”. Desse modo, todo ensino deve ser um compromisso com o mundo a partir de uma reflexão que induza a ação. Sem isso estaremos no terreno da mera especulação, relativismo e transmissão de informação sem formar para a cidadania.

Analisar o conceito de natalidade em Arendt é, sobretudo, se debruçar sobre uma das principais categorias de sua teoria política, pois é “a natalidade, e não a mortalidade, [...] a categoria central do pensamento político” (Arendt, 2016, p. 11). A natalidade (*natality*) significa, conforme discutimos, a capacidade que temos de iniciar coisas novas em um mundo já existente, sendo, portanto, uma espécie de segundo nascimento, no qual nascemos por meio de nossas ações e da imprevisibilidade que é própria dessas mesmas ações. Assim, ação em conjunto com o imprevisível e o irreversível traz consigo a natalidade que mantém entre si uma relação estreita, sendo a base de todas as atividades humanas e, a mais específica de nossas atividades políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do pensamento político de Hannah Arendt, acreditamos que esses são apenas alguns elementos dentre tantos outros que nos permitem assimilar a relevância da categoria política da natalidade e sua relação com a educação hodierna. De modo geral, natalidade e educação, assim como ação política e liberdade, precisam ser pensadas conjuntamente enquanto categorias e eventos centrais para se compreender a política, bem como suas principais manifestações no contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Odílio Alves. Direitos humanos como “direito a ter direitos” em Hannah Arendt. In: AGUIAR, Odílio Alves et. al. (Orgs.). **Filosofia e Direitos humanos**. Fortaleza: Ed. UFC, 2006.
- ALMEIDA, V. **Educação em Hannah Arendt**: Entre o mundo deserto e o amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARENDRT, H. **A condição humana**. Trad. R. Raposo; revisão técnica A. Correia. 13. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARENDRT, H. **Origens do Totalitarismo**. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDRT, H. **Diário filosófico**. Barcelona: Herder, 2006.
- ECCEL, D. Natalidade. In: CORREIA, Adriano [et al]. **Dicionário de Hannah Arendt**, 1. ed. São Paulo. Edições 70, 2022.
- FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos**: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

NETO, R. Hannah Arendt e a biopolítica: distinção e indistinção entre mundo e vida. **Princípios:** Revista de Filosofia. Natal (RN), v. 19, n. 31. Janeiro/Junho de 2012, p. 181-207.

PORCELL, B. Autoridade. In: CORREIA, Adriano [et al]. **Dicionário de Hannah Arendt**, 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

SILVA, R. Ensino de filosofia e responsabilidade pelo mundo: aproximações (in) adequadas entre Paulo Freire e Hannah Arendt. **Argumentos** - Revista de Filosofia/UFC. Fortaleza, ano 12, n. 24 - jul.-dez. 2020.

